

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.400 - MG (2019/0359924-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : **RAFAEL DIAS DA SILVA (PRESO)**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL DIAS DA SILVA, contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.119905-8/000.

Consta dos autos que recorrente foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal (e-STJ fl. 7).

Sobreveio decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente diante do descumprimento das medidas impostas em razão da concessão de liberdade provisória.

Entende o recorrente que não estariam presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para a decretação da segregação cautelar.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Sustenta que, caso condenado, seria possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, razão pela qual a prisão preventiva do réu seria mais severa que os efeitos de eventual condenação.

Requer, liminarmente, o provimento do recurso para que possa aguardar em liberdade o julgamento final do *mandamus* e, no mérito, seja revogada a prisão cautelar, deferindo-lhe o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 53-55):

[...]

O delito imputado ao paciente – furto qualificado, art. 155, §4º, II, do Código Penal – é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 anos, de forma com que perfeitamente obedecido o art. 313 do CPP, notadamente o inciso II.

Por outro lado, informou o d. magistrado singular que o

paciente foi preso em flagrante no dia 29 de setembro de 2018, sendo a ele concedida a liberdade provisória. Ocorre que, após tentativa de citação, para fins do art. 396 do CPP, Rafael não foi localizado, fato que o levou o parquet a requerer a citação por edital e a decretação da prisão preventiva. O MM. Juiz de Direito, então, em decisão proferida em 07 de junho de 2019, revogou a liberdade provisória do paciente, decretando sua prisão preventiva.

Vê-se que, diante desse quadro, não há mesmo qualquer correção a ser efetuada, estando a decisão em perfeita conformidade com o que dispõe a Súmula 30 deste e. Tribunal de Justiça, in verbis:

“A fuga do réu do distrito da culpa justifica a decretação da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal.”

Com efeito, penso que o fato de o paciente estar foragido demonstra o seu incontroverso intuito de furtar-se da aplicação da lei penal, fugindo de responsabilidade assumida quando da concessão da liberdade provisória.

[...]

De todo modo, observo que a prisão preventiva foi decretada aos 7 de junho de 2019, mesma data em que foi determinada a citação por edital do paciente, sendo que este permanece foragido até os dias atuais, escancarando o seu deboche ao Poder Judiciário e reforçando a necessidade da custódia cautelar, que agora poderia ser amparada até mesmo pelo art. 366 do CPP.

Por fim, quanto às circunstâncias de natureza pessoal, tenho que estas, por si só, não são suficientes para autorizar a concessão da liberdade provisória, uma vez que a manutenção da segregação é por outros motivos recomendada.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no

Superior Tribunal de Justiça

sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi

Relator